



**Organizadores:**  
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda  
Luiz Antônio Araújo Gonçalves  
Antônio Jerfson Lins de Freitas

# Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva



Série  
Território  
Científico

SER  
TÃO  
CULT



**Virginia Celia Cavalcante de Holanda** é graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou Estágio Pós-Doutoral na linha de Pesquisa Dinâmica urbana e regional junto ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde desenvolveu pesquisa: “O Papel da Interiorização do Ensino Superior no espaço Urbano e Regional das cidades médias do Nordeste Brasileiro”. Bolsista Produtividade em Pesquisa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), para o período de novembro de 2020 a novembro de 2022.



**Luiz Antônio Araújo Gonçalves** é bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, mestre e doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGeo/UECE. Realiza Estágio Pós-Doutoral na linha de Pesquisa - Natureza, campo e cidade no semiárido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi Coordenador adjunto do Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG/UVA e Pró-Reitor de Extensão e Cultura da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Atualmente é Professor Adjunto dos Cursos de Geografia (Bach. e Licenc.) e do MAG/UVA.



**Antônio Jerfson Lins de Freitas** é graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2007) e em História – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2019). Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

**Organizadores:**

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda  
Luiz Antônio Araújo Gonçalves  
Antônio Jerfson Lins de Freitas

# Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva



Sobral-CE  
2022



## Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva

© 2022 copyright by Virginia Célia Cavalcante de Holanda; Luiz Antônio Araújo Gonçalves; Antônio Jerfson Lins de Freitas. (Orgs)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138  
Renato Parente - Sobral - CE  
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222  
contato@editorasertaocult.com  
sertaocult@gmail.com  
www.editorasertaocult.com

### Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

### Coordenação do Conselho Editorial

Antônio Jerfson Lins de Freitas

### Conselho Editorial de Geografia

Alberto Pereira Lopes  
Carlos Alberto de Vasconcelos  
Iapony Rodrigues Galvão  
Otávio José Lemos Costa  
Paulo Rogério de Freitas Silva  
Sandra Líliliana Mansilla  
Telma Bessa Sales  
Wendel Henrique Baumgartner

### Revisão

Antônio Jerfson Lins de Freitas

### Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

### Capa

João Batista Rodrigues Neto

### Catálogo

Leolph Lima da Silva - CRB3/967



T768 Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva. / Organizado por Virginia Célia Cavalcante de Holanda, Luiz Antônio Araújo Gonçalves, Antônio Jerfson Lins de Freitas. – Sobral-CE: Sertão Cult, 2022.

262p.

Série Território Científico, v.02.  
ISBN: 978-85-67960-88-3 - papel  
ISBN : 978-85-67960-89-0 - e-book em pdf  
Doi: 10.35260/67960890-2022

1. Geografia urbana. 2. Cidade Média. 3. Território e Pesquisadores. I. Holanda, Virginia Célia Cavalcante de. II. Gonçalves, Luiz Antônio Araújo. III. Freitas, Antônio Jerfson Lins de. IV. Título.

CDD 910.130776



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

## Prefácio

Prefácio? E o que é um prefácio? Fiz e refiz muitas vezes essa indagação. Homenagens? *Bah!* Sobreviver tem sido o lema na pandemia. Esta indagação levou a várias considerações e reafirma a nossa forma de sobreviventes no percurso. Devemos todos receber as maiores homenagens possíveis. E todos sabem o porquê.

Nos dicionários, prefácio é um dito antes (*fatio-prae*), texto que precede a obra, introdutório, curto, com o intuito de preparar o leitor para o que encontrará e com o que se deleitará. É uma escolha. Aqui ele será pelos autores, entrevistados e entrevistadores, principalmente pela afirmação do compromisso com o conhecimento vivo e diverso na compreensão da cidade no urbano e do urbano na cidade.

Ainda na significação do prefácio, diz-se que *utilizá-lo é para tentar seduzir à leitura*, o que torna uma oportunidade de ler o *Trajatórias* como continuidade de um trabalho de longa duração, expressa em agenda do Grupo de Estudo sobre Questões Teóricas e Metodológicas na Pesquisa das Cidades Médias e Pequenas e das atividades do *Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEURB)* no Mestrado em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), levado adiante no ano de 2020 e realizado através de plataforma digital, gravado e transformado em forma de livro. Esta é uma experiência coletiva extraordinária.

Da feitura do *Trajatórias*, depreende-se como a precarização da atividade acadêmica revela os ufanismos no tempo pandêmico: “os professores precisam se reinventar”, “os professores precisam se adequar para ensinar por meios virtuais”. A produção coletiva, aliada à potência da imagem viva (e falada) com os minutos de fama da *Web*, redefiniu a agenda e a continuidade das trajetórias se fez em exame.

Não obstante, as condições necessárias e indispensáveis para o uso de tecnologias nas pesquisas e no ensino são sempre admiradas e com capilaridade variada nas instituições educacionais. A capacidade dos sujeitos do conhecimento diante das adversidades e a empatia perante as relações docente-discente e nas tarefas orientador-orientando conduziu todos nós a uma reprodução ampliada do conhecimento, com a criação de canais de *Web*, *lives*, jornadas, conversas, entrevistas, defesas e muita divulgação científica, como esta aqui, se multiplicando num turbilhão incoerente.

E tais encontros virtuais já se realizam há muito tempo (ao menos há 15 anos), em exames de qualificações, defesas de mestrado e doutorado e orientações. Nesse período, as experiências da Universidade Aberta do Brasil (UAB) contribuíram para a implantação de cursos de graduação à distância, sobretudo de Matemática, Pedagogia e Letras. Muitos dos recursos foram aprimorados nessa experiência de UAB. As plataformas abertas *Moodle* e *Sigaa* demonstram funcionalidades que carecem de ajustes.

Com isso, os abusos do uso de recursos tecnológicos e a fragilidade das políticas educacionais de tecnologia para ampliação de recursos humanos qualificados e para preparação de equipamentos de qualidade não abalaram os esforços da grande maioria dos colegas professores em aulas, palestras, defesas e debates. Afinal, o uso de plataformas digitais tem sido o *mister* dos docentes e pesquisadores antes e durante o ano de isolamento em 2020.

De sorte que poderia dizer: conheço essa turma. Quer dizer, conheço a maioria dos entrevistados e entrevistadores. E conheço por estar convivendo na mesma temporalidade e por fazer parte de uma geração de professores de Geografia que entendeu ser partícipe em contribuir para estruturar o ensino de pós-graduação e a pesquisa no país, atendendo ao chamado dos órgãos de fomento, sobretudo Capes e CNPq e as agências estaduais de pesquisas. As entrevistas, realizadas entre maio e novembro de 2020, chegam-nos em forma de texto e reforçam os seus conteúdos e objetivos sobre si como sujeito e sobre os objetos de pesquisa.

Alguns conheço *mais de perto*, dos tempos da graduação na Universidade Estadual do Ceará (UECE) ou da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), ou ainda, por ocasião do mestrado ou do doutorado nas décadas de 1980-90. Com uma delas cheguei até a casar e, na *pequenina* Paraíba, criar

raízes. Sim! Como esquecer as paixões do conhecimento? Como esquecer os ânimos exaltados e os momentos tensos de debates de pesquisa, das contradições, das vontades e onde o inesperado causa uma surpresa?

Não pude deixar de notar - e anotar - que duas das entrevistadas compuseram a minha banca de doutoramento. O que posso dizer hoje é que fazemos pesquisa até ontem. Com uma delas, em especial, aprendemos a luta política e institucional da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), para “promover e estimular o estudo da geografia”, *uma* das finalidades da AGB. E bem que se diga que a grande maioria presente no *Trajétórias* foi ou está envolvida com esta cachaça chamada AGB, uma espécie de *cruzada agebeana de difusão da geografia*.

*Sem pesquisa de campo não se pode falar.* Assim, nos aparece uma referência ao Maoísmo da Geografia Francesa, quando se recorda a ambiência da experiência de formação. Este conteúdo exposto no *Trajétórias*, a dinâmica do debate e de seus resultados, pode ser visto tanto como um diálogo sobre a educação intuitiva e inconsciente da comunicação dos sentidos, como uma linguagem estética aprendida pelo estado de exceção pandêmico. E, sem dúvida, como uma riqueza de depoimentos para o estudo das cidades e do urbano. Estar presente no *Trajétórias* é dividir o pano, as varandas e os punhos dessas redes de estudos sobre a cidade e sobre o urbano, partícipe na construção da pesquisa colaborativa.

Certamente poderia qualificar tais trajetórias no âmbito da História da Educação e num amplo campo configurado como práticas escolares. Entrevistas de ou sobre trajetórias nos fornecem rico material de pesquisa para as práticas escolares e são sínteses dos modelos de formação de professores nas instituições às quais estão vinculados. É dessa maneira que as práticas escolares são renovadas; seja pelas trocas de experiências internas aos grupos de pesquisa, seja pela investigação dos conhecimentos. No aspecto geracional, corresponde às *trocas de figurinhas*, que são as conversas, as derivas nos cafés, nas aulas; nas indicações e sugestões de temas, nas orientações, ajustes e desencontros que se operam na intersubjetividade, entre lares (ou hotéis) e bares.

A exposição das trajetórias de pesquisa, em todos os depoimentos, sem exceção, nos mostra que a prática da Geografia tem sido a formação

de professores; de que “*a prática do geógrafo tem sido o ensino de geografia*”. E, em que pese uma ou outra interpretação em relação aos conceitos e categorias das Ciências da Educação, todos são ou estão envolvidos com currículos, programas, conteúdos, avaliações etc. Tomar contato e adentrar nas experiências de cada um através dos relatos da institucionalidade da pesquisa e da formação profissional, dos entraves da instituição e do ensino é ver e olhar o entusiasmo, o contexto e a atuação em seus respectivos anos de formação. E, como síntese, os resultados: capacidade de auto-organização e condições de trabalho.

Isto posto, os percursos revelados pelos colegas entrevistados se encaixam, como disse, na História da Educação e nas práticas escolares. As dimensões práticas da convivência das pesquisas dos grupos e das pesquisas individuais nos cursos de graduação e pós comportam formas variadas de convivência, pois carregam as contradições das instituições. Portanto, fixá-la na dimensão da história e da educação nos permite sustentar que as pesquisas levadas a cabo pelos grupos aqui expostos é o estudo da cidade e do urbano como um tema subjacente ao trabalho docente com a dupla finalidade: deleitar e ensinar, tão afeitas à poesia homérica.

A despeito disso, revelam a compreensão diversificada das temáticas e a relevância do assunto, seja por amor lefebvriano (ou legoffiano) às cidades, seja por viver suas plenitudes. Agradável constatar, de soslaio, nas trajetórias, a hipótese de que o trabalho coletivo induz suplantando os provincianismos diante da monumentalidade cidadina. Os relatos são repletos da própria história do crescimento e expansão do trabalho da ReCiMe e dos grupos de pesquisa que o transitam, o que certamente se poderia escrever um quase-tratado.

Neste caso aqui, o recorte com tesoura e tesouradas da leitura se deu através das experiências individuais e educativas que nos contam sobre suas preferências, aportes teóricos e posturas profissionais e, sobejamente, sobre parte expressiva da Geografia Urbana brasileira nos últimos 40 anos.

Por fim, não é exagero dizer que provocar o leitor com leituras críticas do *Trajétórias* é um tanto fora de propósito. Em cada uma das trajetórias, um ou mais métodos de pesquisa, uma ou mais abordagens teóricas da ciência e da educação são expostos e refeitos. Por óbvio, muitas das ques-



tões colocadas são autoexplicativas para a análise do Brasil urbano. E, como tais, são lideranças acadêmicas exercidas por mulheres (ao menos na ReCiMe) que são as mais capacitadas e aquinhoadas com as qualidades para exercer e porque os demais as qualificam para que a Geografia Urbana produzida seja um *vir-a-ser*.

*Prof. Dr. Carlos Augusto Amorim Cardoso*

**Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**



## A série Território Científico

O que nasceu como uma tentativa de aproximar pesquisadores de diversas áreas, de mobilizar os membros do Conselho Editorial da SertãoCult na elaboração de um material que exprimisse a capacidade da editora em produzir obras com qualidade técnica e com relevância acadêmica, tornou-se um sucesso logo em sua primeira edição.

Após o lançamento do volume *Diálogos sobre a Ditadura*, que reuniu alguns dos maiores pesquisadores sobre a temática no Brasil, a série *Território Científico* chega ao seu segundo volume elaborado a partir de uma parceria com os profissionais ligados ao Seminário da Rede de Pesquisadores sobre as Cidades Médias (ReCiMe). Eis a obra *“Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva”*.

É gratificante concluirmos mais esta contribuição para a comunidade científica, apresentando as trajetórias de algumas das maiores referências da Geografia Urbana brasileira, que no contexto da pandemia da Covid-19 ficaram tão fisicamente distantes, mas nunca tão próximos, unidos através da tecnologia, que permitiu a troca de experiências com colegas de diferentes regiões do país.

Passados alguns meses da realização das entrevistas, finalmente a pandemia dá mostras de arrefecimento. O isolamento que tanto nos custou, começa a dar lugar a reencontros presenciais e estas entrevistas, mais do que um relato de experiências de pesquisa, passam a compor um registro histórico de como a crise sanitária afetou toda a nossa sociedade.

Se a produção científica segue sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela ainda são encarados quase como inimigos do Estado, é mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles

que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Mais um livro se junta à nossa série, nos deixando ainda mais orgulhosos e empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Que venham os próximos volumes!

*Antônio Jerfson Lins de Freitas*

*Marco Antônio Machado*

**Coordenadores da Série Território Científico**

## Apresentação

O livro *“Trajetórias de Pesquisadores e os Estudos das Cidades Médias em Perspectiva”* é resultado das atividades do Grupo de Estudo sobre Questões Teóricas e Metodológicas na Pesquisa das Cidades Médias e Pequenas. O Grupo se formou no contexto da pandemia da Covid-19, no ano de 2020, quando colegas que já desenvolviam estudos ou orientavam temas nessas escalas de cidades, participantes do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEURB), do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), decidiram manter o vínculo com alunos e professores de diferentes instituições de forma interativa, utilizando o *Google meet* para viabilizar o diálogo.

Nesse momento sendo também fundamental que se mantivessem ativas as conversas iniciadas no Seminário da Rede de Pesquisadores sobre as Cidades Médias (ReCiMe), em dezembro de 2019, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e que seriam alinhadas em um evento em Sobral, programado para a última semana de maio de 2020, que contaria com a presença pesquisadores da ReCiMe em mesas redondas, conferências, trabalho de campo e reuniões de trabalho com o grupo do LEURB.

Da conjugação dessas necessidades, planejamos apresentar aos nossos alunos o pensamento de pesquisadores amplamente reconhecidos pelos estudos das cidades médias brasileiras, a aproximação indo das leituras de suas publicações, aos diálogos profícuos amparados nas trajetórias destes pesquisadores. Nesse sentido, somos gratos aos professores convidados que, embora envolvidos em muitas atividades, atenderam ao nosso convite e aceitaram participar das conversas em forma de entrevistas e a organização destas para publicação em e-book, numa linguagem coloquial pela espontaneidade das falas, permitindo que outros interessados tenham

acesso aos depoimentos tão inspiradores e carregados muitas vezes de uma mistura de razão e emoção.

Nessa toada, buscamos a valorosa adesão da ReCiMe, em conversas com o professor William Ribeiro da Silva e com a professora Doralice Sátyro Maia que, além do acolhimento à nossa ideia, participaram como entrevistados. Os demais colaboradores entrevistados foram: Maria Encarnação Beltrão Sposito, Rita de Cássia da Conceição Gomes, Zenilde Baima Amora, Antônio Cardoso Façanha, Wagner Vinicius Amorim, Beatriz Ribeiro Soares, Maria José Martinelli Silva Calixto e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. Tivemos também a alegria de contar com o querido Professor Carlos Augusto Amorim Cardoso que nos honrou com o prefácio dessa obra.

A atividade contou com o apoio da *Editora SertãoCult*, que incentivou as gravações das entrevistas dentro do projeto *Território Científico*, que ofereceu suporte a outras publicações no mesmo formato, no âmbito das Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) no ano de 2020, com publicações no formato e-book e possibilidade de acesso impresso atendida por demanda.

Por fim, consideramos que a experiência em mobilizar tantos pesquisadores que estudam diferentes cidades médias no território brasileiro foi exitosa. Mas também por conseguimos ampliar os horizontes dos nossos estudantes e contribuimos com a formação universitária e fortalecimento do conhecimento acadêmico num ano tão atípico. Por isso estamos felizes e gratos!

*Virgínia Célia Cavalcante de Holanda*

*Luiz Antônio Araújo Gonçalves*

*Antônio Jerfson Lins de Freitas*

**Organizadores**

# Sumário

Doi: 10.35260/67960890p.16-57.2022

**Dialogando, pensando e aprendendo com a trajetória de uma pesquisadora.....16**

Prof.<sup>a</sup> Maria Encarnação Beltrão Sposito  
Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Doi: 10.35260/67960890p.58-74.2022

**Os desafios da formação e atuação de uma pesquisadora.....58**

Prof.<sup>a</sup> Rita de Cássia da Conceição Gomes  
Prof.<sup>a</sup> Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Doi: 10.35260/67960890p.76-99.2022

**Experiências acadêmicas e de pesquisa sobre as cidades médias cearenses.....76**

Prof.<sup>a</sup> Zenilde Baima Amora  
Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Doi: 10.35260/67960890p.100-113.2022

**Levantando problemáticas de pesquisa: um convite para pensar a cidade e o urbano no Nordeste brasileiro.....100**

Prof. Antônio Cardoso Façanha  
Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Doi: 10.35260/67960890p.114-130.2022

**Os caminhos da formação e da pesquisa, tecendo uma trajetória.....114**

Prof. Wagner Vinicius Amorim  
Prof.<sup>a</sup> Glauciana Alves Teles

Doi: 10.35260/67960890p.132-146.2022

**Dividindo as múltiplas experiências de pesquisa e planejamento em cidades mineiras.....132**

Prof.<sup>a</sup> Beatriz Ribeiro Soares  
Prof. Antônio Cardoso Façanha

Doi: 10.35260/67960890p.148-179.2022

**Desafios, práticas e saberes sobre as cidades médias:  
um olhar a partir de Mato Grosso do Sul.....148**

Prof.<sup>a</sup> Maria José Martinelli Silva Calixto

Prof.<sup>a</sup> Glauciana Alves Teles

Doi: 10.35260/67960890p.180-199.2022

**Sobre escolhas e construção de caminhos, aprendendo com uma  
narrativa singular.....180**

Prof.<sup>a</sup> Doralice Sátyro Maia

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Doi: 10.35260/67960890p.200-229.2022

**Aprendendo sobre as cidades médias e pequenas da Amazônia  
brasileira.....200**

Prof. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Doi: 10.35260/67960890p.230-255.2022

**Um panorama dos estudos das cidades médias em debate.....230**

Prof. William Ribeiro da Silva

Prof.<sup>a</sup> Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

**Índice remissivo.....257**







**Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior** é Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, instituição na qual graduou-se em Licenciatura em Geografia (1986), Bacharelado em Direito (1988) e Bacharelado em Geografia (1989). Na mesma Universidade tornou-se Especialista em Análise Geográfica Aplicada à Amazônia (1987) e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (1993). Doutorou-se em Geografia Humana (1998) pela Universidade de São Paulo e concluiu Pós-Doutorado em Políticas Urbanas (2007) no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (Université Paris III/Sorbonne Nouvelle) e em Geografia Regional (2016) na Universidade de São Paulo. Ocupa a cadeira de nº 21 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, é pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia.

# Aprendendo sobre as cidades médias e pequenas da Amazônia brasileira<sup>1</sup>

*Prof. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior<sup>2</sup>*

*Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes*

**Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA):** Boa tarde! Gostaria de agradecer a presença do professor Saint-Clair, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Vou passar a palavra para o professor Saint-Clair para iniciarmos nossa entrevista.

**Prof. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (UFPA):** Obrigado pela oportunidade! Obrigado à professora Virgínia Holanda pelo convite. Sou professor da UFPA vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, o NAEA, que é um núcleo interdisciplinar. Nos dias atuais, venho trabalhando com a pesquisa e a pós-graduação. Lá são três programas de pós-graduação, dois *stricto sensu* e um *lato sensu*, que recebem alunos de toda a Pan-Amazônia. Afora isso, eu estava à frente, até bem pouco tempo, da edição da *Novos Cadernos NAEA (NCNAEA)*, que é uma revista que tem uma certa tradição na UFPA, sendo um dos carros-chefes da nossa produção acadêmica no NAEA, e que publica muitos artigos de todo o Brasil e de outros países também e para a qual vocês estão convidados a enviar artigos.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar com vocês, discutir um tema que muito me interessa, que são as cidades médias e pequenas, e acho que vocês, que estão na região Nordeste, têm muito a dialogar conosco e

<sup>1</sup> Entrevista realizada via *Google meet* em 20 de outubro de 2020.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA).

nós com vocês. Ainda que nossas realidades sejam diferenciadas, temos muitas coisas em comum, especialmente quando tratamos das especificidades e das diferenças de nossas regiões e cidades em face de uma teoria que está colocada de forma mais geral, tanto em nível nacional como internacional. Por isso, talvez alguns dilemas que vocês enfrentem para produzir pesquisas sejam nossos também. Este diálogo é bastante importante não só para informar o que estou trabalhando, pesquisando, mas também para aprender com vocês o que desenvolvem nos programas, cursos e instituições onde trabalham.

**Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA):** Professor Saint-Clair, é um prazer estarmos juntos aqui reconstruindo esses laços a distância e mantendo esse vigor do diálogo acadêmico. Mais uma vez, agradecemos por sua disponibilidade, assim como de tantos outros colegas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que já passaram por este momento. E isso é de grande valia para nós, até para entender o viés dessas abordagens que se dão nas cidades pequenas e médias da Amazônia. Professor, minha pergunta é sobre sua trajetória, experiência profissional. Quais percursos o senhor percorreu, suas principais referências teóricas que o encaminharam para dentro da Geografia ou pela Geografia Urbana nos estudos amazônicos?

**Prof. Saint-Clair:** Luiz, é um prazer falar com você! Bom, não consigo falar da minha trajetória e dessas influências sem falar da minha vida pessoal. Eu nasci no interior da Amazônia, sou de uma família que morava no interior da floresta e que era ribeirinha. Meu pai era comerciante e trabalhava com o esquema do aviamento. Ele era um intermediário entre os produtores da floresta e atendia muitas pessoas. Nessa realidade, a escola funcionava na minha casa, que era uma bela palafita e a professora era minha tia. E eu fui muito cedo alfabetizado, aos quatro anos, por causa disso. Morava no interior do município de Bujaru. Hoje ele é conectado pela estrada, mas, na época, só era acessível de barco. Levávamos, em média, 17 horas para chegar a Belém. Aos sete anos, eu teria que fazer a 3ª série, mas lá não tinha e as pessoas que queriam continuar estudando tinham que se mudar para Belém, onde moro até hoje. Assim, tive que me separar da minha família para morar em Belém em uma área de baixada (favela), uma das mais pobres da cidade na época. No interior, nossas condições de vida eram muito melhores, afinal, meu pai era comerciante, mas só em Belém me dei conta, de fato, da minha pobreza. O meu despertar para a cidade

se deu justamente nesta transição onde me deparei com uma realidade diferente, mas que, ao mesmo tempo, me encantava.

Chegar à cidade de barco para mim era uma das cenas mais bonitas porque normalmente chegávamos às 4 horas da madrugada e era impressionante a beleza das luzes refletidas nas águas. Mas quando me deparei com essa realidade urbana na favela, muitas coisas se revelaram de maneira diferente para mim. A primeira coisa que notei, inclusive, foi que no local onde morava no interior, o rio estava na frente da casa e, na favela, estava atrás. Em Belém, eu morava também em uma palafita de frente para a rua sem asfalto ou qualquer infraestrutura e o rio, com todos os seus dejetos, impurezas e lixos da cidade que contaminam os cursos fluviais, estava atrás. Essa realidade me estimulou muito a despertar para a realidade das cidades e, paradoxalmente, a amar as cidades.

Até os treze anos, morei com vários tios e, quando eu comecei o ensino médio, meus pais resolveram morar em Belém porque meus outros irmãos precisavam estudar também. Terminei aos dezesseis anos o antigo segundo grau e, nesse momento, tive que escolher o que queria seguir nos estudos. Eu já tinha certeza que queria ser professor. Na época, eu participava de grupos de jovens da Igreja Católica onde conheci a Teologia da Libertação<sup>3</sup> e também estava envolvido na militância política da periferia de Belém. Lutávamos pelo direito à moradia, o direito ao espaço urbano e a luta pela terra urbana me instigava muito. Em razão disso, eu decidi que iria fazer dois cursos em nível superior, uma Licenciatura, para dar aulas, e o outro seria Direito, exatamente pela influência desses movimentos sociais que eu estava participando. Como o curso de Direito era o mais concorrido, eu optei por fazer primeiro a licenciatura. Por isso, eu tinha três opções, que eram História, Letras ou Geografia. Por uma série de motivos que me despertavam interesse, decidi pela Geografia. E foi aí que iniciei minha vida acadêmica. No ano seguinte fiz o vestibular para Direito e fui aprovado. Assim, passei a cursar as duas graduações na UFPA, pois, na época, era possível fazer dois cursos na Universidade Pública, desde que um fosse licenciatura e, o outro, bacharelado.

---

3 A teologia da libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretizar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais.

Na Universidade é que vêm as minhas principais influências teóricas. Era um momento de transição. Ingressei em 1983, quando a Geografia passava por transformações da Geografia tradicional para a uma Geografia crítica de viés notadamente marxista. E tudo que eu buscava no Direito, em termos de discussão sobre questões sociais, eu fui encontrando nas leituras que me foram apresentadas na Geografia. Duas professoras me ajudaram muito neste processo, ambas formadas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e que tinham sido orientandas do professor Manuel Correia de Andrade, que foram a professora Maria Eunice Soares Penne, minha orientadora de TCC, e a professora Janete Gentil Coimbra de Oliveira, que foi minha orientadora na especialização. Essas duas professoras me trouxeram leituras que conheci na UFPE, como Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade e Milton Santos. O gosto pela leitura desses autores foi fundamental para a minha formação. A partir daí, comecei a entender melhor a Geografia e a me apaixonar de fato por essa ciência. Essa foi a minha primeira influência. Eu nunca estudei na Universidade Federal de Pernambuco, mas tinha uma certa identidade com essa escola de Geografia nordestina, que foi uma das principais referências no ensino de Geografia no Brasil, junto com a UFRJ e a USP.

Na especialização, eu tive outra influência importante também da UFPE, ainda que ele não seja do Nordeste. Foi o professor Jan Bitoun, que era professor na UFPE. Eu fui aluno dele na UFPA em uma disciplina que ele ministrou para nós sobre Teoria Regional. A partir daí, eu me apaixonei por esta disciplina. Nesse momento, eu estava também terminando o curso de Direito e, já na especialização, o professor Jan me despertou muito para esse campo do conhecimento de tal maneira que o direito foi ficando de lado naquilo que eu buscava, ainda que a minha formação nessa área tenha me dado várias contribuições igualmente. O mestrado eu fiz em Belém, no NAEA/UFPA, e minha orientação foi com o professor Roberto Lobato Correia (UFRJ) que, mais uma vez, me incentivou bastante a ler Milton Santos, sem falar na própria produção dele. Ele era um colaborador no mestrado do NAEA e foi uma das grandes influências intelectuais em minha vida, além dos que eu já mencionei. Na minha banca de mestrado, ele fez questão da presença do professor Milton Santos, tal foi a influência de sua obra na minha pesquisa de mestrado. Dos professores que tive no NAEA, destaco a professora Auriléa Abelém, que me coorientou, Edna Castro, José Marcelli-

no de Abreu, Francisco Costa, Rosa Azevedo, Luís Eduardo Aragon e outros tantos que são referências nos estudos sobre a Amazônia.

Após o mestrado, passei a me interessar mais por autores como Henri Lefebvre, que era muito referenciado na Geografia Urbana Brasileira. Essa foi uma das razões por escolher fazer o doutorado na USP. Buscava conhecer outros ambientes e na USP tive as melhores influências acadêmicas. Fui orientado pela professora Sandra Lencioni, que transita muito bem na interface da Geografia Urbana e da Geografia Regional, as duas disciplinas nas quais mais atuo. Além dela, tive a oportunidade de ser aluno na USP de outros professores da Geografia, como Milton Santos, Maria Adélia Aparecida de Souza, Ana Fani Carlos, Odete Seabra e Amélia Damiani. Também fiz importantes disciplinas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da USP, dada a minha preocupação e interesse pelos estudos urbanos e metropolitanos. Fiz uma tese sobre a metropolização de Belém e lá tive os melhores professores de planejamento urbano, como o professor Murilo Marx, Flávio Villaça, Celso Lampareli, Felipe Gun, Ricardo Toledo, enfim, grandes nomes dos estudos urbanos da USP. Acho que são essas as minhas influências. E elas não são poucas, tive muita sorte de recebê-las, seja da UFPA, da UFPE, da UFRJ e da USP. Nesta última, além do doutorado, fiz um dos meus estágios de pós-doutorado; o outro, fiz no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (Université Paris III/Sorbonne Nouvelle)*, sob a supervisão da saudosa professora Hélène Rivière D'Arc, de quem tive também muito boas influências.

**Prof.<sup>a</sup> Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA):** Com sua fala, eu lembrei da professora Bertha Becker, que você cita em suas obras, mas minha pergunta é: como você tem muitos anos de experiência, pesquisas, bancas, participação em grupos de estudos, projetos aprovados, publicações, eu gostaria de saber sobre uma pesquisa que, por alguma razão, seja singular nessa sua trajetória como pesquisador.

**Prof. Saint-Clair:** Em relação à professora Bertha Becker, eu não cheguei a ser seu aluno, mas, de qualquer maneira, eu tive muita influência das pesquisas que ela fez na Amazônia. No curso de graduação e de pós-graduação na UFPA, sempre tivemos contato com as obras dela. No NAEA menos, eu talvez seja um dos poucos que trabalham com Bertha Becker.

E isso se justifica porque eu estudei bastante para entender o pensamento dela até chegar ao pensamento que tenho hoje sobre a Amazônia.

Em relação à pesquisa mais importante, é difícil eleger uma ou outra. Eu começo pelos estudos sobre Belém no TCC e mestrado. No doutorado, para além da cidade, passo a estudar também a metrópole. A minha primeira pesquisa verdadeiramente, a do mestrado defendido em 1993, eu gosto muito. Talvez se hoje eu fosse realizá-la novamente, eu faria tudo de uma maneira completamente diferente, mais foi muito importante para mim na época, pois foi ali que eu aprendi, de fato, a ser um pouco pesquisador com a contribuição do professor Roberto Lobato Corrêa, que me ajudou principalmente no aspecto teórico-metodológico. Essa é uma pesquisa que eu considero referência para mim no sentido de pensar as cidades amazônicas. Nesse momento, eu estudava o processo de valorização das baixadas em Belém. Isso para vermos como a vida pessoal tem influência nas nossas escolhas. Meu primeiro espaço de habitação em Belém foi uma favela e minha escolha de estudo de mestrado foi justamente uma dessas áreas que tinha se valorizado e que hoje apresenta um dos metros quadrados mais caros da capital paraense, inclusive, é um dos cartões postais da cidade. Foi isso que eu busquei entender e que abriu os horizontes para os estudos metropolitanos.

**Meu primeiro espaço de habitação em Belém foi uma favela e minha escolha de estudo de mestrado foi justamente uma dessas áreas que tinha se valorizado e que hoje apresenta um dos metros quadrados mais caros da capital paraense, inclusive, é um dos cartões postais da cidade. Foi isso que eu busquei entender e que abriu os horizontes para os estudos metropolitanos.**

Também gosto muito da minha tese de doutorado, que defendi em 1998, orientada pela Professora Sandra Lencioni. Já faz muito tempo, mas, mesmo hoje quando eu olho para essa realidade, no momento em que eu estudei, eu gosto bastante do que realizei. Foi um desafio e uma superação teórico- metodológica que me coloquei e consegui avançar. É nesse momento que começo a entender melhor a Amazônia a partir de Belém, momento que volto a olhar para as outras cidades da região.

Logo depois do doutorado, eu me coloquei de forma mais clara esse de-



safio, que foi o de estudar as outras cidades pequenas e médias, mas sem deixar de pensar o papel das metrópoles regionais nesse contexto. Isso me permite ver particularidades e diferenças que existem na Amazônia e é o que me faz propor a ideia da urbano-diversidade para que possamos analisar essa complexidade da vida urbana que se coloca na região.

Os estudos das pequenas cidades ribeirinhas nesse contexto tornam-se singulares nessa trajetória, pois me trouxeram muito do meu passado. Eu morava em um espaço ribeirinho no interior da floresta, então entendo que essas cidades têm muito da vida que eu levava. É como se a cultura da floresta se traduzisse para essas cidades, guardando permanências, mas também apresentando mudanças espaciais, mas que muitos profissionais da arquitetura e da engenharia não conseguem entender. Trata-se da vida da floresta e do cotidiano dessas pessoas, que têm um gênero de vida particular e que é levado para o interior da cidade. Nas cidades elas mantêm suas raízes e isso me encanta em relação a esse tema de pesquisa. Aqui falo de Belém e das demais cidades da floresta, que se traduzem em formas de existência e de resistência nas cidades e nas metrópoles. Tais formas de existir, o modo de viver na cidade dessas pessoas têm muito a ensinar e talvez possam abrir horizontes e novas formas de considerar no planejamento urbano os seus novos modos de vida, marcados pela solidariedade e pelo respeito à natureza, pois sabem conviver com ela. Isto está presente não só nas estratégias e na materialidade de vida, mas igualmente nos simbolismos, que são traduções da cultura da floresta que se manifesta na metrópole e também nas cidades pequenas e médias.

**Aqui falo de Belém e das demais cidades da floresta, que se traduzem em formas de existência e de resistência nas cidades e nas metrópoles. Tais formas de existir, o modo de viver na cidade dessas pessoas têm muito a ensinar e talvez possam abrir horizontes e novas formas de considerar no planejamento urbano os seus novos modos de vida, marcados pela solidariedade e pelo respeito à natureza, pois sabem conviver com ela. Isto está presente não só nas estratégias e na materialidade de vida, mas igualmente nos simbolismos, que são traduções da cultura da floresta que se manifesta na metrópole e também nas cidades pequenas e médias.**

da floresta que se manifesta na metrópole e também nas cidades pequenas e médias.

Quando isso tudo se faz muito presente no espaço urbano, eu costumo dizer que não são cidades que estão na floresta, mas que são da floresta. Mesmo que tenha uma história de colonização portuguesa, italiana, japonesa, enfim, imigrantes diversos que deram vários sentidos para as cidades amazônicas, é importante destacar essa força cultural local e regional que está enraizada nas cidades ribeirinhas ditas tradicionais. Não são cidades paradas no tempo, elas estão antenadas com o mundo. Nelas chegam os bancos através dos barcos e lanchas, a internet, o celular etc., mas isso tudo não desfaz os vínculos que são muitos fortes na cultura e na vivência cotidiana das pessoas.

Então, para fechar sua resposta, eu diria isso. Todas as minhas pesquisas me agradam muito, mas talvez essas realidades, que eu chamo de cidades das florestas, mexem bastante comigo, afinal, elas têm muito do meu passado e guardam partes importantes da minha história.

**Prof. Francisco Clébio:** Professor Saint-Clair, você tem uma rica trajetória de pesquisador. E as questões que eu trago, na verdade, você já tocou um pouco, que é sobre a importância da discussão dessa temática de cidades médias e pequenas na região amazônica. Gostaria que você falasse mais sobre o assunto. E a outra questão é: o senhor chegou a desenvolver uma metodologia própria específica para as suas pesquisas para tratar esse tema?

**Prof. Saint-Clair:** Acho que isso é importante, Clébio, porque, quando se fala da Amazônia, muita coisa diferente precisa ser tratada, precisa ser revelada, precisa ser traduzida e, nem sempre quando traduzimos vai ao encontro dos conceitos já formados. Por exemplo, a diferenciação do rural e do urbano, que é um dilema para qualquer pesquisador, seja no Nordeste ou no Centro-Sul do país. Na Amazônia, isso é ainda mais problemático. Se no interior de São Paulo falar de cidades do campo é problemático, imagine aqui! Creio que, quando se fala de cidades pequenas e médias, alguns conceitos não se encaixam muito bem, a começar pelo conceito do que é uma cidade na Amazônia. Falemos do Estatuto da Cidade (2001), cujos instrumentos são muito viáveis para aquelas cidades com características bem definidas que vemos nos livros de modo geral. Agora, imagine pensar a aplicação do Es-

tatuto da Cidade para um município como Altamira, que é o maior município do Brasil, maior em extensão que vários países. A cidade é importante no município, mas ela é apenas um ponto de um imenso território.

Uma aluna minha defendeu recentemente uma dissertação de mestrado sobre os indígenas e a relação deles com a cidade de Altamira. Trata-se de uma relação que é completamente diferente da leitura que temos normalmente na academia sobre o assunto. Quando se fala, por exemplo, que uma pessoa tem uma casa na cidade e outra fora da cidade, geralmente esta é pensada como a segunda residência. Para o indígena, não funciona bem assim. Para começar, em geral, ele não percebe essa diferenciação do campo e da cidade como nós percebemos. Para ele é um mundo de transição muito fluido. Quando chega à realidade do Xingu, onde se situa Altamira, uma empresa como a Norte Energia, e impõe toda uma nova ordem local para a espacialidade que eles estão acostumados a viver, confinando, por exemplo, a população indígena nos chamados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC's) que, na verdade, são conjuntos habitacionais, toda a sua lógica de vida é desestruturada.

Eu fiz um estudo e trabalhei em assessoria de planos diretores nas cidades de Mocajuba e Baião, que ficam na sub-região do Baixo Tocantins. Lá, tentávamos fazer um zoneamento a partir da elaboração do Plano Diretor, mas nos deparamos com bairros das cidades caracterizados como espaços quilombolas, já que essa sub-região é rica em quilombos em razão de seu processo histórico de formação socioespacial. Com o passar do tempo, as sedes municipais passaram a incorporar comunidades quilombolas, que acabaram se tornando bairros das cidades. Em nosso trabalho, voltado para o planejamento, queríamos incluir a realidade dos quilombolas nas diretrizes a serem alcançadas pelo Plano Diretor. Nesse caso, eles não poderiam ser vistos somente como Zonas de Interesse Social (ZEI's), pois a realidade era social, cultural, histórica e economicamente mais complexa que aquelas onde se aplica esse tipo de zoneamento previsto no Estatuto da Cidade como instrumento para a reforma urbana. No caso dessas comunidades, elas têm toda uma tradição de festas, culturas, economias, forma de apropriação da terra que definem outras lógicas de uso e de apropriação do espaço. Lembro, então, que uma das coisas que propus foi pensar em outro tipo de zoneamento, que passamos a chamar de Zonas Especiais de Interesse Sociocultural, justamente para não ficar reduzido o instrumento à ideia das ZEI's já conhecidas.

Estou colocando alguns exemplos para vocês perceberem e creio que se depararam com isso no Nordeste, como isso tudo é complexo e nos leva a indagar o que é o rural, o que é o urbano, o que é a cidade, o que é o campo, o que é a floresta, o que é ribeirinho nessas realidades tão diferenciadas. Aí se inclui a própria definição do que é uma cidade pequena na Amazônia. Às vezes, nessas cidades, a infraestrutura não existe. Por outro lado, a concentração da população em determinados pontos rurais é significativa, mas não se configura como sede municipal. Outras vezes, são sedes municipais pequenas, localizadas no interior da floresta e possuem vida rural muito

intensa. Nesse caso, torna-se difícil olhar para o Estatuto da Cidade e para os seus instrumentos e pensar o quanto eles podem de fatos ser úteis para pensar o presente e o futuro dessas realidades tão diferenciadas. Com isso, concluo que, primeiramente, nossas políticas, leis, diretrizes gerais de desenvolvimento etc., não dão conta da diversidade territorial brasileira. E isso se agrava sobretudo porque elas são referenciadas sempre a partir de uma dada realidade, lançando um olhar etnocêntrico para o conjunto do território brasileiro. E o nosso papel, como pesquisadores, é olhar para essa realidade diversa com outro olhar que revele os nossos pontos de vista e as nossas vivências regionais e locais.

É nesse contexto que se faz necessário pensar nos conceitos de cidades médias e cidades pequenas na Amazônia. É preciso colocar uma questão que, de início, parece incomodar bastante, a de que os conceitos pensados genericamente ou com base em uma dada realidade apenas não dão conta dessa pluralidade que constitui o território brasileiro. Vou dar um exemplo de uma cidade que eu considero como média ou intermediária, que é a cidade do Oiapoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

**nossas políticas, leis, diretrizes gerais de desenvolvimento etc., não dão conta da diversidade territorial brasileira. E isso se agrava sobretudo porque elas são referenciadas sempre a partir de uma dada realidade, lançando um olhar etnocêntrico para o conjunto do território brasileiro. E o nosso papel, como pesquisadores, é olhar para essa realidade diversa com outro olhar que revele os nossos pontos de vista e as nossas vivências regionais e locais.**

É uma cidade que, em termos populacionais, não chega a ultrapassar os 20 mil habitantes. Na leitura fria da realidade, com base nos números, ninguém ousaria dizer se tratar de uma cidade média. Agora, é uma cidade que está completamente distante de qualquer outra cidade mais dinâmica economicamente. Ela está no extremo norte da Amazônia e tem uma comunicação muito intensa com toda a lógica do extrativismo mineral do Brasil, da Guiana Francesa e do Suriname. É um espaço de referência para muitos garimpeiros que estão atuando legal ou ilegalmente naquela sub-região e que têm o Oiapoque como uma base logística para os fluxos relacionados à sua atividade. Para se ter ideia, para chegar a ela a partir da capital do estado do Amapá, gasta-se mais ou menos um dia por rodovia, uma vez que não se tem conexão aérea atualmente, mesmo sendo uma cidade que tem um fluxo intenso o dia todo de pessoas que vêm da Guiana e de outras localidades próximas, especialmente de áreas garimpeiras. Como os levantamentos oficiais normalmente só registram dados de pessoas que têm domicílio fixo na cidade, o contingente de pessoas na cidade sempre se mostra superior a esses dados. Isso porque há um contingente significativo de pessoas, especialmente os franceses da Guiana, que confere um grande dinamismo para a cidade, visualizando muito mais por meio de fluxos que através dos fixos que compõem a infraestrutura urbana.

Essa é uma realidade que eu não associaria ao conceito de cidade pequena. Para mim, ela assume um papel de cidade média ou intermediária dentro do contexto sub-regional do qual faz parte. Pensar políticas públicas para a realidade da cidade que vá além dos dados do IBGE, que vá além dos dados econômicos da REGIC, que vá além dos fluxos formais das instituições oficiais nos ajuda a nos aproximarmos mais dessas realidades diversas e diferenciadas e que muitas vezes são fluxos invisíveis e invisibilizados pelos números oficiais.

Coloca-se, assim, o desafio de entender essas cidades com os novos conceitos ou, ao menos, com adjeti-

**Pensar políticas públicas para a realidade da cidade que vá além dos dados do IBGE, que vá além dos dados econômicos da REGIC, que vá além dos fluxos formais das instituições oficiais nos ajuda a nos aproximarmos mais dessas realidades diversas e diferenciadas e que muitas vezes são fluxos invisíveis e invisibilizados pelos números oficiais.**

vações de velhos conceitos. Tenho feito isso para a noção de centralidade, que normalmente é pensado na Geografia Urbana sob o ponto de vista da economia formal e do circuito superior da economia. Tenho pensado muito em centralidade econômica a partir de um circuito inferior na Amazônia, assim como tenho sugerido a importância de pensar a dimensão política e socioterritorial como elementos importantes e diferenciadores de nossas cidades.

A título de exemplo, as centralidades socioculturais têm sido importantes para entender a importância dos núcleos urbanos para as populações tradicionais, como as indígenas, que buscam as cidades, muitas vezes, para outros fins que não os de mercado.

Para finalizar, uso outro exemplo, que é Tefé, no Médio Solimões. Lá, pode-se ver balsas que chegam à cidade com produtos como carros e motos para vender para a população local e, depois, retornam a Manaus. Aliás, o fluxo de pessoas e de motos em Tefé é algo que chama a atenção no interior da floresta amazônica. Chamei esse comércio de automotores através das balsas de “regatão pós-moderno”. Essas balsas chegam no chamado feirão do automóvel, identificadas com marcas de concessionárias da capital amazonense, concedem créditos ou vendem à vista e se vão. Por meio dela, se faz presente o capital industrial, comercial e financeiro no interior da floresta. Eles os vendem e seguem para outras cidades ou retornam para Manaus. Não existe uma loja fixa, mas existe o fluxo. A maneira de captar esse fluxo é uma realidade que foge da lógica tradicional. É nesse sentido que falo que a nossa realidade é muito complexa e os nossos conceitos são restritos, por isso, temos que criar conceitos e associar novas adjetivações a eles e pensar metodologias adequadas para entender a realidade empírica que nos é apresentada. E isso temos que pensar em metodologias que foi uma das perguntas que você fez.

Eu costumo trabalhar com metodologias notadamente qualitativas, como a análise do discurso, as histórias de vida, as trajetórias geográficas, entrevistas não estruturadas, as observações diretas etc. para tentar revelar essa complexidade, que nem sempre está registrada nos documentos e nas sistematizações estatísticas. Busco ser alternativo no uso das técnicas de pesquisa e acho que as qualitativas cobrem em muito aquilo que outras pesquisas que trabalham com dados mais padronizados acabam por não

cobrir. Gosto muito de descrever essas realidades exaustivamente; daí, a importância dos trabalhos de campo na região amazônica, pois é a partir dele que nos colocamos em contato maior com as singularidades e particularidades da região.

**Prof. Luiz Antônio:** Professor Saint- Clair, pela riqueza de sua fala é bom entender a importância de suas experiências junto à ReCiMe. Que referências você traz junto à Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias? Em que medida compatibiliza a rede com essa complexidade urbana, no sentido de captar essas dinâmicas das cidades pequenas e médias da Amazônia?

**Prof. Saint-Clair:** São perguntas interessantes. Primeiro, eu queria registrar aqui a importância de fazer parte da ReCiMe. Essa rede tem sido um espaço muito importante para conectar nossos dilemas e para abrigar nossas dúvidas. É preciso destacar a preocupação que a professora Maria Encarnação Sposito teve em tentar aglutinar o máximo possível de pesquisadores de regiões diferentes e, junto com ela, outros professores, como as professoras Beatriz Ribeiro e Denise Elias, que estão à frente do processo. Depois, tem a abertura que a ReCiMe nos deu. Mesmo que, na Rede, se trabalhe com uma metodologia específica, em nenhum momento houve um empecilho para revelarmos nossas dificuldades de trabalhar com a metodologia. Foi interessante, até porque a ideia é trabalhar com uma espécie de comparação entre as cidades e, a partir daí, tirar algumas conclusões que nos levem a entender esse tipo de cidade no território brasileiro e o sul-americano. Assim, tem havido um esforço no sentido de reunirmos o máximo de dados a partir de variáveis que a metodologia da ReCiMe permite. Como grande parte das variáveis utilizadas têm a ver com o padrão de cidade média mais comum no Brasil e na América do Sul, para o nosso caso amazônico, foi muito interessante o diálogo que os pesquisadores amazônicos procuraram estabelecer com a Rede. Isso porque a nossa realidade regional revelava a necessidade de mostrar a diversidade da cidade média no Brasil. Assim, o papel da ReCiMe era o de abrigar realidades urbanas bastante diferentes e, ao mesmo tempo, de se colocar o desafio de entender tudo isso por meio de conceitos, teorias etc.

Agora, essa dificuldade não foi um obstáculo, pelo menos eu entendo assim; pelo contrário, quando nós começamos a revelar as nossas dificul-

dades, o coletivo da Rede começou a dar uma abertura para a discussão. Naquele momento, eu estava estudando a cidade de Marabá e fui responsável por organizar um seminário da ReCiMe no Pará. Sugerir Marabá para esse evento para que os pesquisadores pudessem, como eu, conhecer a realidade que eu estudava, sentir os dilemas e as dificuldades para entender essa realidade tão diferenciada na Amazônia, que é a do sudeste do Pará, onde está Marabá. A realidade onde se insere é muito marcada por intensos conflitos, migrações, depredação de recursos, negação do direito à cidade etc. Eu moro em uma metrópole e, quando vou para Marabá, tudo é muito diferente, mesmo eu sendo um amazônida - o que mostra as diferenças urbanas intrarregionais. Quando fomos fazer o trabalho de campo na cidade por ocasião do seminário, eu queria que eles sentissem essa angústia que eu sentia como pesquisador. E acho que eu consegui sensibilizar a Rede para as minhas dificuldades. Senti, a partir disso, muito mais a compreensão dos meus limites de entender uma cidade média da Amazônia. E olha que estou falando de Marabá, que é reconhecida facilmente como cidade média, mas que ainda assim ela é muito complexa para entendermos sua particularidade como tal.

Marabá é uma cidade com população em torno de 200 mil habitantes, mas que é diferenciada por ser formada por quatro núcleos urbanos (Velha Marabá, Cidade Nova, Nova Marabá e São Félix), com um centro principal e dois outros bem definidos. Veja, é uma cidade média da Amazônia, mas é como se esses diferentes núcleos e seus centros fossem várias cidades diferentes a compor uma mesma unidade. Cada uma delas revela um pouco da história da Amazônia e dos processos econômicos, demográficos e políticos que se manifestaram na porção sudeste do Pará, sendo a cidade de Marabá uma espécie de síntese material de todos eles. Está lá visível no espaço o momento da castanha, da mineração, da pecuária e, mais recentemente, do agronegócio e dos econegócios. Tudo isso compõe um conjunto de dilemas urbanos que se colocam como desafios para se entender a cidade. Marabá foge completamente ao padrão de cidades que conheço e ela revela uma particularidade regional muito interessante de ser entendida.

A região amazônica é muito grande e vivencia processos intensos originados no passado e no presente e que se manifestam na complexidade de suas cidades. É isso que dá sentido à ideia de fronteira econômica, fronteira política, fronteira sociocultural e de fronteira urbana, como fala-



va a professora Bertha Becker. Para entender a região, penso que nosso principal desafio, em um primeiro momento, é reconhecer empiricamente essa realidade complexa. Em um segundo momento, tem-se o desafio teórico-conceitual, o que significa pensar ou mesmo criar conceitos e teorias adequados à sua interpretação. O terceiro desafio é o de pensar políticas públicas que devem estar amparadas em estudos científicos e em conhecimento empírico amplo e profundo da realidade local.

**Prof.<sup>a</sup> Virgínia:** Professor, quais conselhos você daria para iniciantes nas pesquisas sobre cidades médias e pequenas?

**Prof. Saint-Clair:** Penso que hoje a investigação científica e o ensino têm um desafio muito grande, que são os poucos recursos para fomento à pesquisa e à formação. De qualquer forma, os alunos que começam hoje já têm uma certa vantagem. Por exemplo, quando eu comecei a estudar cidades médias na Amazônia, havia poucos estudos nos quais eu pudesse me basear para poder problematizar as questões que eu me propunha a investigar. Diferentemente, hoje temos muitos estudos, ainda que eles ainda sejam insuficientes. Mas há uma diversidade muito grande de trabalhos com problematizações diferentes. Essa é uma vantagem dos jovens de hoje em relação aos anteriores. Afora isso, muitas teorias eram externas, eram teorias europeias que tentavam explicar nossa realidade. Lembro que quando comecei a estudar cidades na Amazônia na década de 1980, eu ouvia muitos professores afirmarem que não existia rede urbana na Amazônia. E por que eles diziam isso? Era justamente porque a realidade amazônica não se enquadrava naquela teoria de rede urbana com um conjunto perfeitamente hierárquico de cidades.

Em que os alunos de hoje podem ajudar? Os alunos de Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) e os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de graduação podem abordar questões mais locais. Eu tive muitos alunos da UFPA dos

**Lembro que quando comecei a estudar cidades na Amazônia na década de 1980, eu ouvia muitos professores afirmarem que não existia rede urbana na Amazônia. E por que eles diziam isso? Era justamente porque a realidade amazônica não se enquadrava naquela teoria de rede urbana com um conjunto perfeitamente hierárquico de cidades.**

campi do interior do Pará e eles sempre buscavam estudar as suas realidades. Isso ajudava bastante a conhecer a região. Mesmo que partissem de questões simples, ajudavam a levantar dados empíricos sobre a diversidade urbana da Amazônia. Muitas vezes, eu apresentava para eles autores que discutiam questões urbanas em nível nacional e internacional e perguntava o que eles visualizavam, a partir das teorias e conceitos apresentados, a respeito das cidades de onde vinham. E era surpreendente como as teorias apresentadas iam pouco ao encontro da interpretação de suas realidades. Vejam, esse distanciamento, entre teoria e realidade amazônica não era um problema dos autores e de suas teorias e conceitos pensados para compreender outras realidades. Levando em conta isso, às vezes para o TCC eu lançava o desafio de indicarem os agentes que produziam o espaço urbano em suas cidades e, disso, saíam estudos originais e até mesmo possibilidades de teorização a respeito de agentes que produzem o urbano na Amazônia, que nem sempre são os mesmos que são visualizados em realidades europeias ou do Centro-Sul brasileiro.

Então a sugestão que eu daria para nossos alunos é potencializar a realidade que eles vivem através de pesquisas e trabalhos que possam revelar as particularidades regionais e locais. Isso nos faz conhecer e aprender mais a respeito da diversidade urbana no Brasil e no mundo. Eu aprendi muito com estes trabalhos, visitei várias cidades e realidades diferentes e só aí pude perceber o distanciamento da Geografia Urbana que se teoriza daquela que a realidade amazônica nos apresenta. Passei a constatar que as lacunas na teorização não é culpa de nossos principais teóricos, mas pode se atribuir também ao pouco conhecimento que temos sobre a pluralidade de cidades e ao pouco exercício de conceituação e teorização, muitas vezes de nossa parte, que vivenciamos essas realidades que são diferenciadas. É difícil dar conselhos, mas se eu tivesse que dar uma sugestão seria essa: partir de suas realidades e dialogar com as teorias que estão colocadas. Nossas pesquisas devem contribuir nesse

**Então a sugestão que eu daria para nossos alunos é potencializar a realidade que eles vivem através de pesquisas e trabalhos que possam revelar as particularidades regionais e locais. Isso nos faz conhecer e aprender mais a respeito da diversidade urbana no Brasil e no mundo.**

sentido, promovendo essa ponte de diálogo com a realidade do Brasil e do mundo.

**Prof. Antônio Cardoso Façanha (UFPI):** Saint-Clair, você pode falar como está o cenário das cidades amazônicas do ponto de vista da pirâmide etária?

**Prof. Saint-Clair:** Quando se fala desse perfil etário, temos que identificar de que Amazônia nós estamos falando, porque temos cidades que são do século XVII. Então são cidades que têm uma certa trajetória histórica, que têm uma herança de migração mais antiga. Para vocês terem uma ideia, o processo migratório na região é intenso desde o início, não só do ponto de vista dos imigrantes de outros países, como também de outras regiões do Brasil, que definiram a dinâmica populacional que temos hoje.

Marabá, antes uma pequena vila, começa a crescer de fato no século XX, no chamado ciclo da castanha. Com a exploração dos castanhais do entorno, Marabá cresce e se estrutura como cidade. Eu diria que a gênese desse processo vai contribuir com o que Marabá se tornou hoje. Mas, na década de 1960 e 1970, tornou-se mais acentuada a dinâmica urbana dado o processo de migração, resultado da ocupação mais recente do espaço regional. A população que dinamiza hoje a cidade é uma população que chegou em decorrência das políticas desse período. Agora, há outras cidades que passaram por transformações e têm processos de dinamização que são bem anteriores. Então, a primeira coisa a fazermos, quando tentarmos caracterizar a dinâmica populacional e o perfil populacional é identificar de que Amazônia estamos falando.

A Amazônia da qual Marabá faz parte tem uma dinâmica recente e tem várias ondas de frentes de expansão, como a castanha, a pecuária, o minério de ferro e, agora, o agronegócio. As últimas foram mais importantes do ponto de vista demográfico. Por isso, é uma cidade de população ainda muito jovem.

Mas também tem a realidade das cidades tradicionais ribeirinhas, da floresta. Nelas, a população tem outro perfil. É interessante comparar essas realidades porque, se no caso de Marabá, situada na região do Médio Tocantins, o contingente populacional maior é de pessoas que chegaram mais recentemente, nas cidades do Baixo Tocantins, como Cametá, que é uma cidade bastante tradicional ribeirinha e tem uma relação muito forte

com a floresta, 80% da população é de origem local e os migrantes não são tão numerosos. Ou seja, Marabá e Cametá são cidades com perfis populacionais muito diferenciados em razão do perfil de cidades, mais ou menos inseridas nas frentes de expansão das últimas décadas.

Cametá é uma das primeiras cidades da Amazônia junto com Belém, Vigia e Bragança, surgidas no século XVII. Ela é uma cidade antiga e importante, com perfil populacional diferente do de Marabá e de Parauapebas. Esta última é uma cidade pensada e construída em função do Projeto Carajás e hoje é uma das cidades mais importantes da Amazônia depois das capitais. Ou seja, também é uma cidade com perfil populacional jovem.

Uma coisa interessante de se pensar sobre a população jovem e antiga é a sua relação com a região. Normalmente, o que eu chamo de “cidades da floresta” têm uma população com relação muito forte com os rios e a floresta; ao passo que as populações chegadas mais recentemente à região, as das “cidades da floresta” tendem a se distanciar da cultura da floresta e do rio. Isso tem reflexos do ponto de vista ambiental.

As ideias de preservação da floresta, que são mais presentes nas cidades mais tradicionais, assim como os saberes da floresta, são mais traduzidos na vida urbana dessas cidades de população mais enraizada; ao passo que nas cidades mais recentes, os migrantes trazem consigo uma bagagem cultural diferenciada e que, muitas vezes, rompe alguns laços dessa cultura mais tradicional. Falo da questão cultural, mas também temos a questão econômica e ideológica sobre o discurso da modernidade, que faz com que ocorra uma espécie de captura dessas pessoas para uma lógica de vida diferenciada daquela que preserva os saberes da floresta e da cultura regional. Isso é interessante de se estabelecer a relação para pensarmos em políticas públicas mais adequadas para a região.

**Breno de Abreu Lopes (Mestrando em Geografia/UVA):** É um prazer estar ouvindo você nesta tarde, professor Saint-Clair, e aprendendo! Sou aluno do mestrado em Geografia da UVA e venho desenvolvendo uma pesquisa sobre as repercussões do Ensino Superior na cidade média de Sobral. Como você avalia essa expansão do Ensino Superior recente no Brasil e, em particular, na Amazônia?

**Prof. Saint-Clair:** Quando você me faz essa pergunta, eu lembro de uma experiência da UFPA, anterior à política recente do governo federal de interiorização do Ensino Superior. Eu terminei meu curso de Licenciatura em Geografia em junho de 1986. O meu estágio de ensino foi em um projeto de extensão da universidade, que era formado de aulas preparatórias para que alunos do interior pudessem prestar vestibular para os cursos de Licenciatura da UFPA a serem oferecidos nos campi instalados ou em expansão no interior do Pará. Isso foi em 1986. Naquele momento, havia a preocupação da universidade de abrir vagas para o vestibular e promover o ingresso de professores que precisariam se qualificar, uma vez que já atuavam como “professores leigos”. Para isso, foi criado esse projeto de extensão. Eu, como aluno da Licenciatura, fui para o interior do estado dar aula de Geografia para ajudar nesse projeto.

A UFPA abriu campi em várias cidades do Pará. Para isso, não seguia a lógica dos chamados polos econômicos, o que era o mais interessante nessa política institucional. No Marajó, por exemplo, uma das regiões mais pobres do Brasil, lá foram instalados dois campi da UFPA, um na cidade de Breves e outro na cidade de Soure.

Com esse tipo de ação, conseguimos promover o ingresso de várias pessoas da realidade local na universidade e elas se tornaram professoras e foram trabalhar em colégios locais. Muitos alunos afirmavam que, graças à chegada da universidade no interior, deixaram de migrar para a capital para estudar. Isso, do ponto de vista da formação, promove ganhos locais, seja quanto à qualidade dos professores que passaram a atuar nessas cidades, seja do ponto de vista político e da formação de uma massa crítica com atuação local. Tivemos até alunos que se tornaram políticos importantes e de atuação em movimentos sociais locais. A presença da universidade nessas cidades mudou, inclusive, nas formas de fazer política, com o surgimento de lideranças políticas importantes e que foram fruto da formação proporcionada pela Universidade Pública.

A UFPA, antes da criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), criadas no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir da UFPA, que era a maior Universidade Federal do Brasil em números de alunos por conta dos campi do interior. Ela não era a maior em número de professores, a

**Então, esse processo de expansão da universidade para o interior, para nós, é bem anterior ao processo mais recente, e foi uma política institucional.**

**E os resultados são maravilhosos: formação de uma intelectualidade local; repercutiu na dinâmica populacional, porque seguramos a população no interior, que não precisou ir para a capital, como ocorreu comigo e com tantos outros; e também mudou o conteúdo da política interiorana em grande parte.**

maior em número de professores era a UFRJ, que era a segunda em número de alunos. Então, esse processo de expansão da universidade para o interior, para nós, é bem anterior ao processo mais recente, e foi uma política institucional. E os resultados são maravilhosos: formação de uma intelectualidade local; repercutiu na dinâmica populacional, porque seguramos a população no interior, que não precisou ir para a capital, como ocorreu comigo e com tantos outros; e também mudou o conteúdo da política interiorana em grande parte. Quando a política do governo federal chega, ela passa a referendar isso tudo e foi muito importante. Hoje temos no Pará quatro Universidades Federais: a UFPA, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a UFOPA e a UNIFESPA.

E então, Breno, essa é uma política muito interessante e que não segue, necessariamente, a lógica econômica de ordenamento territorial, ainda que existam cursos que atendam, por exemplo, ao agronegócio, mas a lógica primeira da interiorização é uma lógica cidadã. É a definição daquilo que Milton Santos chamou de ordenamento cívico-territorial, porque o que comanda a instalação e a localização dos campi é a demanda cidadã, e não necessariamente os interesses econômicos.

Eu diria que fomos pioneiros nesse processo e a UNIFESSPA é um bom exemplo disso, e eu gosto do que está sendo feito lá, que é a lógica da Universidade Multicampi. Penso que a pós-graduação não acompanha com o mesmo ritmo essa lógica, mas não deve ser diferente dela. Antes tínhamos na Geografia poucos cursos dessa modalidade no país. Os três primeiros foram os mestrados em Geografia da UFPE, UFRJ, Unesp Rio Claro e USP. Quem quisesse se qualificar em Geografia em nível de pós-graduação teria

que procurar um desses centros de ensino. Com o tempo, temos em todas as regiões cursos de pós-graduação e isso ajuda na formação de um corpo docente qualificado, de pesquisadores que vão contribuir para as pesquisas científicas locais e regionais.

**Prof. Heronilson Pinto Freire (UERJ):** Um ponto positivo neste tempo de pandemia é a oportunidade de podermos dialogar com pessoas de vários estados e com perspectivas de olhares diferentes. Eu parabeno você, professor Saint-Clair, pela fala inspiradora e que trouxe muitos elementos interessantes de uma realidade que conhecemos pouco. Em 2018, eu lembro muito bem que fui a João Pessoa e estava em um mesmo evento que participava um professor da Universidade Estadual do Pará, Fabiano Bringel. Ele estava apresentando um trabalho e todo mundo ficou encantado e interessado em saber porque era uma coisa que trazia muitos desdobramentos da realidade das cidades da região Norte do Brasil. Então, ele apresentava naquele momento um estudo sobre Barcarena, que é uma cidade que até então eu não conhecia, e a pegada dele era entender os desdobramentos dos desfechos da Hidro-Norte e falava da relação dos ribeirinhos com os grandes empreendimentos de mineração - que trazem um impacto muito grande naquelas cidades, não só para a população local, mas também na contaminação dos rios por conta dos rejeitos da mineração.

A minha questão é sobre a relação sociedade e natureza em relação ao urbano e as repercussões na região Norte, embora você já tenha feito alguns apontamentos, agradeço se você puder desenvolver mais.

**Prof. Saint-Clair:** Acho que uma das coisas que marca o estudo regional é a categoria particularidade. Hoje, cada vez mais se investiga a singularidade e se esquece um pouco das particularidades. Creio que é importante resgatar a escala regional para pensar políticas territoriais, políticas públicas, com base nas particularidades. Uma das particularidades relacionadas ao espaço regional amazônico é a presença marcante da natureza, mais que em qualquer outra região do país, pois na Amazônia ela é demarcadora de muitas coisas. De norte a sul da Amazônia, a natureza demarca as relações com a sua forte presença ou com sua ausência também, em razão da sua degradação. Quando se desmata a floresta e, no seu lugar, coloca-se um campo de soja ou pasto para o gado, por exemplo, várias implicações são estabelecidas na forma de vida do próprio homem.

Por isso, sua presença ou ausência define algumas particularidades da dinâmica socioespacial regional. Há outras que eu poderia citar, como a intensidade dos conflitos de diversas ordens, e são intensas exatamente por esses processos que chegaram recentemente e que criam tensões. Daí se falar da ideia de fronteira como o espaço do conflito e da alteridade, mas é interessante pensar a natureza do ponto de vista dessa mediação da relação do homem com a região.

Quando eu fiz um estudo das cidades ribeirinhas do Baixo Tocantins, que é uma região interligada por rodovias, mas que preserva a conexão fluvial, o interessante ao entrevistar as pessoas idosas e jovens era o gosto pelo uso das rodovias por estes, e o uso do transporte fluvial pelos primeiros. Esse comportamento diferente por faixa etária tem a ver com elementos culturais e suas raízes, mas também com a difusão de um novo modo de vida na região que estabelece novas relações com a natureza. Os jovens estão mais propensos à vida do tempo rápido e a população mais antiga é o contrário, ainda preserva essas relações mediadas por tempos menos velozes.

A natureza está presente nesse processo, como mediação, e sofre os impactos causados pelas novas relações estabelecidas na região. O caso de Barcarena, onde fiz estudos relacionados à cidade lá instalada para atender ao grande projeto que foi implantado, é exemplar; assim como é emblemático o caso de Belo Monte, no rio Xingu. Tanto em um, como em outro, as mudanças ocorrem em razão das novas relações estabelecidas entre sociedade e natureza. O impacto de um projeto como a hidrelétrica de Belo Monte desestrutura relações que são essenciais para a sobrevivência humana em cidades próximas. Daí os movimentos de resistência e os conflitos, que não são poucos. No caso de Belo Monte, os impactos que iriam causar há 20 anos seriam muito maiores se não houvesse muita resistência da população local. Inclusive, tem uma cena famosa da índia Tuíra pegando seu facão e enfrentando um representante da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) em defesa de sua gente e da natureza. Em todos esses casos, as questões principais que são colocadas estão em torno da perda do rio, dos recursos, das formas de subsistência e da natureza.

No final do ano passado, tive um aluno que defendeu uma tese de doutorado sobre os territórios de uso comum na Amazônia, abordando essas questões a partir da análise de três cidades que têm no rio um recurso fun-



damental de vida: Tucuruí, Altamira e Marabá. Na tese intitulada “*Territórios de uso comum na Amazônia: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional*”, ele faz um estudo dessas três realidades que foram impactadas ou na iminência de sofrerem impactos em razão de projetos hidrelétricos e de outros mais que interferem na relação do homem amazônico com a natureza. Por essa razão, a natureza é um elemento que particulariza o regional e os impactos sobre ela são fundamentais para entender o que hoje acontece na Amazônia.

**Prof. Paulo Rogério de Freitas Silva (UFAL):** Primeiro, gostaria de parabenizar o Saint-Clair pela excelente exposição. Gosto de suas reflexões sobre as cidades da floresta e na floresta. Nesse momento, relembro o saudoso professor José Aldemir de Oliveira, autor de “*Cidades na selva*”<sup>4</sup>, quando ele analisava o estado do Amazonas e me amparo em uma parte de sua fala quando você se refere à Amazônia ocidental e oriental, inclusive, tive a satisfação de dividir uma mesa com você onde pudemos discutir essas questões e pensar em Roraima, nesse contexto amazônico, como a última fronteira e como definidora de uma totalidade urbana com a Venezuela e Guiana. Mas eu gostaria de ouvir sua análise sobre Boa Vista após os fluxos migratórios, no caso dos venezuelanos, como uma cidade que recebeu muitos habitantes. Como pensar hoje Roraima? Como uma cidade média?

**Prof. Saint-Clair:** A primeira coisa a considerar é sabermos de qual Amazônia estamos falando. Ainda assim, quando falamos de Amazônia ocidental, oriental, meridional, setentrional é pouco ainda para precisarmos as diferenças, porque, dentro delas, existem várias outras amazônias. Então, é interessante a gente sempre adjetivar e tentar revelar, claro, sem perder as particularidades que ela apresenta e as singularidades. Penso que Boa Vista é um pouco disso. Ela tem uma especificidade muito grande, é uma cidade importante do ponto de vista de sua localização porque é uma das poucas cidades com um relativo padrão de equipamentos e infraestrutura nesse contexto sub-regional de que estamos falando. E mais que isso, existem cidades que têm um papel importante do ponto de vista sub-regional, mas, no caso de Boa Vista, o que temos é uma transição que vai para além do território nacional. É semelhante ao que acontece com Oiapoque também, mas a realidade das duas cidades é totalmente diferente. Quando penso em

---

4 OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na Selva*. Manaus-AM: Valer Editora, 2000.

Boa Vista e em outras cidades que fazem fronteira com países vizinhos, eu penso no papel que elas podem assumir para além do econômico. Aqui se pensa em Pan-Amazônica, não apenas na Amazônia brasileira, pois dialogamos pouco com os nossos vizinhos. Boa Vista é um exemplo disso. É um dos poucos municípios onde pude ver uma rodoviária internacional, porque esse intercâmbio e a interação de Roraima com os países vizinhos é fundamental para entender o que é essa cidade. Não só ela, como também Bonfim, que é um município pobre e precário, mas que poderia assumir importante papel do ponto de vista de centralidade socioterritorial, a exemplo do turismo. Trata-se de uma realidade diferente para ser conhecida, especialmente pela língua inglesa como idioma relacionado ao cotidiano da fronteira com a Guiana, podendo ser pensada como um ponto de referência para a cultura inglesa Pan-Amazônia no contexto da fronteira Brasil-Guiana.

Eu vejo sempre Boa Vista com esse papel, que não é apenas econômico. A primeira centralidade dela como cidade é política. O seu crescimento parte desse papel que ela assumiu na fronteira e hoje, convivendo com ele, tem-se na cidade uma centralidade de natureza socioterritorial que ela passa a assumir por esse contato com a Venezuela e com a Guiana. Aqui, me remeto à ideia de ordenamento cívico-territorial que Milton Santos sugeria, ou seja, pensarmos o ordenamento territorial para além do econômico, mas a partir de outros atributos e variáveis que levem em conta a cidadania. E penso que Boa Vista tem um potencial muito grande nesse sentido, relacionado ao turismo, às relações internacionais e, do ponto de vista cultural, já que Roraima faz fronteira com dois países importantíssimos.

Por outro lado, seria importante pensar a cidade de Pacaraima como um centro de intercâmbio de língua espanhola e que fosse referência para o Brasil, assim como Bonfim seria para a língua inglesa. Olha só quantas as particularidades a serem consideradas! E então, por que não aproveitar essas potencialidades que são subvalorizadas diante dos valores econômicos que se buscam dar para as cidades?

**Prof.<sup>a</sup> Virgínia:** Pensando nas políticas públicas que são resultantes de gestões mais progressistas, sobretudo na primeira década do século XXI, observamos que muitas delas ajudaram a mudar enormemente a face das cidades brasileiras em diferentes escalas e com maior impacto nas cidades médias. Eu elencaria aqui a Expansão do Ensino Superior, a consolidação

do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Minha Casa Minha Vida. Mas, paralelo a essas políticas, tivemos o avanço da iniciativa privada para esses setores. Como é este movimento do público e do privado nas cidades da Amazônia brasileira?

**Prof. Saint-Clair:** Então, Virgínia, no caso da Amazônia é muito parecida com essa lógica que acontece no Nordeste e com o restante do país. O ensino público avançou, evidentemente, não só no Pará, na Amazônia como um todo também, e, se não me engano, as primeiras cotas territoriais ocorreram em uma instituição da Amazônia. Essas nossas experiências inovadoras precisam ser vistas no restante do País.

Por outro lado, o ensino privado também está avançando. As faculdades pequenas estão em todo o canto da região, inclusive nos menores municípios. O que vemos é uma disputa muito grande entre o modelo econômico e o civico-territorial, entre as demandas do setor privado e as necessidades a serem atendidas pelo Estado. Nós não conseguimos definir um modelo que pudesse atender precipuamente à cidadania se levar em conta os interesses do mercado. Por isso, o Estado abre possibilidades para a iniciativa privada que distorce em muito o que é a política de interesse público principalmente, como acontece na educação e também na saúde. Muitas são as possibilidades dadas ao mercado, que se aproveita delas de uma maneira muito inteligente.

Uma coisa que eu percebo nas cidades amazônicas é como a iniciativa privada ganha espaço nas brechas não assumidas pelo poder público para atender às demandas e necessidades regionais. As clínicas populares, por exemplo, são interessantes no meu entender, porque são um complemento ao atendimento não coberto pelo setor público, mas não são a solução, contudo, que se espera para uma perspectiva plena de cidadania, pois se insere em uma lógica capitalista que nem sempre está ao alcance das pessoas que mais precisam. O ideal é que o SUS cubra essa demanda.

Quando falamos de moradia, talvez este seja o exemplo mais perverso que temos, porque a lógica capitalista está presente a todo momento. Eu acho o Programa Minha Casa Minha Vida muito interessante para cobrir o déficit habitacional, mas ele é acompanhado de muitas distorções, nem tanto nas cidades menores - até porque as distâncias internas nelas são muito grandes e a segregação acaba por não ser tão marcante como nas cidades maiores. Mas, sem dúvida, é um programa que reforça a segregação e va-

lorização do privado em detrimento ao do uso público e comum dos espaços. Nas cidades médias, reforça-se a reprodução da lógica dos chamados condomínios e loteamentos fechados. Inclusive, esse rótulo de “exclusividade de uso” é uma forma de agregar valor ao produto moradia. E ainda, o pior nisso tudo, é o fato de estarem sendo colocadas moradias à disposição principalmente de quem tem mais condições de pagar por ela. Não há dúvida que alivia a precarização da moradia, não é esse o problema, mas sim o interesse dos setores financeiros e as formas gradativas de privatização dos espaços de moradia e de prejuízo da cidade de interesse comum.

**Eu acho o Programa Minha Casa Minha Vida muito interessante para cobrir o déficit habitacional, mas ele é acompanhado de muitas distorções, nem tanto nas cidades menores - até porque as distâncias internas nelas são muito grandes e a segregação acaba por não ser tão marcante como nas cidades maiores. Mas, sem dúvida, é um programa que reforça a segregação e valorização do privado em detrimento ao do uso público e comum dos espaços.**

Os trabalhos que tenho feito sobre Altamira, Marabá e Santarém revelam como os projetos de moradia assumem a lógica de mercado e de distanciamento da realidade local e regional. Na Amazônia, esse confronto entre o mercado e o uso público da saúde, educação e moradia são parecidos com o resto do Brasil e é uma lógica que se reproduz com a mesma intensidade de uma lógica metropolitana. Penso que precisamos fazer ajustes nas políticas que são interessantes, mas que são dominadas pelo mercado e, mais que isso, pensar em propostas alternativas para essas dimensões da vida: o ensino, a saúde e a moradia. Precisamos pensar em cooperativas de profissionais da saúde e de promoção da habitação, em planejamento participativo de bairros, em nos posicionarmos contra a privatização dos serviços essenciais e defender a propriedade de uso público. Na Amazônia, a proximidade com a vida da floresta e sua cultura pode definir novas possibilidades de políticas mais afeitas às suas particularidades.

**Prof. Luiz Antônio:** Professor, a pergunta que tenho é sobre essas particularidades e em que medida elas levam a pensar as cidades médias das

diferentes amazônias como você coloca. Como elas poderiam contribuir também para o entendimento da realidade de outras regiões na perspectiva de outros biomas que são castigados, destruídos?

**Prof. Saint-Clair:** Luiz, a primeira coisa é que, quando eu falo em floresta, na verdade eu estou usando uma metáfora. Estou usando o sentido de floresta para o entorno e isso vale para qualquer entorno. A ideia é sempre pensar as cidades para a vida do entorno, e não como cidades globais como se tem feito na Amazônia. Quando se pensa em modernização e desenvolvimento, sempre se busca situar a cidade em um plano global e a desloca de seu entorno, por isso a metáfora. Segundo, dizer que estes conceitos de “cidade da floresta” e de “cidade na floresta” são tipos-ideais. Eu diria que entre eles existem vários outros tipos, sendo eles apenas extremos de uma diversidade de relação sociedade-natureza que define diferentes processos de urbanização e formas e conteúdos urbanos. Temos, ainda, que pensar no potencial que essa diversidade de cidades e de tipos urbanos nos possibilita reconhecer para podermos pensar no futuro. Por isso, eu não acabo falando apenas de “cidade da floresta” e de “cidade na floresta”, mas também de “cidades para floresta”. Não é possível voltar a um passado que não se pode restituir e que nos permite ver resíduos de “cidades da floresta”.

Por outro lado, não é possível apostar nessas cidades homogêneas, distanciadas das realidades locais que temos e que os grandes projetos e as políticas urbanas padronizaram para a Amazônia, seja do ponto de vista da infraestrutura, do saneamento, da moradia, do lazer, enfim, em todas as dimensões da vida urbana. Então, pensar em cidades para a floresta é ver o que são hoje as cidades na Amazônia e o que elas têm de interessante e em potencial que podem ajudar a melhorar e transformar em cidades que se voltem para os interesses verdadeiramente cidadãos.

Não sei se podemos dar lição, mas temos muito que aprender com essas diversas realidades urbanas para pensarmos em um futuro menos perverso. Vou dar um exemplo. Há muitas experiências de territórios de uso comum que não são necessariamente espaços públicos, mas que também não se definem pelo uso privado. É um intermediário, que poderia nos ajudar a pensar em uma racionalidade anti-neoliberal e mesmo anticapitalista. Na Amazônia, os rios constituem espaços de uso comum. Em Marabá, vários locais que mapeamos possuem essa característica. Identificamos

espaços de lavadeiras, das crianças, dos esportes, da vida ribeirinha de sujeitos que ainda gostam de preservar suas raízes. Tais práticas não costumam ser potencializadas nas políticas de moradia, por exemplo.

É preciso que as políticas urbanas pensem em garantir a permanência dessa vida coletiva. É isso que nossas cidades precisam ter. Claro que não podemos comparar as realidades, mas o importante é entender a relação com o entorno da vida cotidiana e pensar em políticas que vão ao encontro das realidades locais; não do jeito que ocorreu com o Minha Casa Minha Vida, que não pensou nos entornos. Em Santarém, visitei um bairro que é totalmente da floresta, mas o equipamento pensado como infraestrutura a ser instalada foi praticamente só a casa, não tem nada para a feira dos produtos da floresta e do rio, para o lazer fluvial, para a interação com o entorno, para o transporte ribeirinho. Há que se levar em conta a realidade cotidiana local e regional para a implantação de políticas públicas, seja em qual região for, na Amazônia, no Nordeste, no Sul do país.

**Prof.<sup>a</sup> Maria Cássia de Sá (Rede Municipal de Ensino de Sobral):** Tenho familiares que moram em Rondônia e, quando vieram para o Ceará, ficaram surpresos ao precisarem do SUS, desde os serviços mais básicos aos mais complexos. Acompanhei também um pouco o programa Mais Médicos, que deixou de funcionar, e a dificuldade que foi na região Norte. Nesse sentido, gostaria de saber como tem funcionado essa rede do SUS nas pequenas e médias cidades da Amazônia.

**Prof. Saint-Clair:** Eu acho que a pandemia mostrou a verdadeira face da nossa realidade. No Pará, diferentemente do Amazonas, cuja população é mais concentrada em Manaus, a situação tende a ser bem mais grave. A população de Belém está em torno de 30% em relação ao estado, o que significa dizer que 70% da população está fora da Região Metropolitana de Belém, onde a infraestrutura e os serviços são melhores. Por isso, quando a pandemia se interiorizou no Pará, foi um caos muito grande nos municípios. Uma das taxas mais expressivas da doença no país está na Ilha do Marajó. No município de Breves, por exemplo, ocorreu uma das situações de maior gravidade da pandemia. Não estou dizendo com isso que em Belém não foi grave. Vocês viram nos noticiários que foi gravíssimo. As pessoas foram para os hospitais quebrar portões em busca de atendimento, mas a mídia não noticiou tudo o que ocorreu no interior do estado. Mesmo com a construção

de hospitais de campanha nas cidades mais importantes, não se resolveu o problema, e isso é um retrato do que ocorre com a saúde na região.

Aqui no Pará temos uma política estadual de criação de hospitais regionais, mas estes são gerenciados por Organizações Sociais (OS), cuja lógica se aproxima em muito da iniciativa privada. A proposta de descentralização do atendimento da saúde é bem-vinda, alcança cidades médias e pequenas, mas a forma como ela acontece se distancia das demandas locais e regionais. Na verdade, é o mercado que acaba controlando essas Organizações Sociais por se tratarem de uma parceria público-privado com sérias vantagens para o setor privado. O que se faz necessário é que o controle seja na totalidade público, obedecendo à política do SUS, que os profissionais de saúde pudessem criar uma relação mais próxima com as populações locais e que se garantisse a descentralização do sistema independentemente dos interesses do mercado. As Organizações Sociais, ao meu ver, não resolvem os problemas, até porque elas definem um funcionamento privado a um serviço que deveria ser público. Essa forma de gestão também acaba deixando precário o serviço, de tal maneira que, agora com a pandemia, nós chegamos a uma situação de caos, conforme se observou nos maiores estados da região.

**Prof. Francisco Clébio:** Professor Saint-Clair, gostaria de agradecer muito ao senhor e dizer que é muito prazeroso ouvi-lo.

**Prof. Saint-Clair:** agradeço pelo convite e pela oportunidade de falar com todos! Foi um imenso prazer e espero continuar este tipo de diálogo sempre que for possível. Muito obrigado!



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m<sup>2</sup>, com 262 páginas e em e-book formato pdf.

Impressão e acabamento:

Abril de 2022.



**Saiba como adquirir o livro  
completo no site da SertãoCult**

**[www.editorasertaocult.com](http://www.editorasertaocult.com)**

Editora

**SER  
TÃO  
CULT**

Série  
Território  
Científico

SER  
TÃO  
CULT

O que nasceu como uma tentativa de aproximar pesquisadores de diversas áreas, de mobilizar os membros do Conselho Editorial da Ser-tãoCult na elaboração de um material que exprimisse a capacidade da editora em produzir obras com qualidade técnica e com relevância acadêmica, tornou-se um sucesso logo em sua primeira edição.

Após o lançamento do volume Diálogos sobre a Ditadura, que reuniu alguns dos maiores pesquisadores sobre a temática no Brasil, a série Território Científico chega ao seu segundo volume elaborado a partir de uma parceria com os profissionais na sua maioria da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) que participaram do Grupo de Estudos - Abordagens teóricas e metodológicas nos estudos das cidades médias e pequenas, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - GEPPUR e o Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais - LEURB/UVA no ano de 2020. Eis a obra “Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva”.

É gratificante concluirmos mais esta contribuição para a comunidade científica, apresentando as trajetórias de algumas das maiores referências da Geografia Urbana brasileira, que no contexto da pandemia da Covid-19 ficaram tão fisicamente distantes, mas nunca tão próximos, unidos através da tecnologia, que permitiu a troca de experiências com colegas de diferentes regiões do país.



ISBN 978-856796088-3



9

788567

960883